

STJ00098238

LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL

ENFOQUE JURÍDICO E CONTÁBIL
PARA OS MUNICÍPIOS

MOACIR MARQUES DA SILVA

SÃO PAULO
EDITORA ATLAS S.A. – 2014

© 2013 by Editora Atlas S.A.



Capa: Leandro Rizzo
Composição: Lino-Jato Editoração Gráfica

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)**

Silva, Moacir Marques da

Lei de responsabilidade fiscal : enfoque jurídico e contábil para os municípios / Moacir Marques da Silva. -- São Paulo : Atlas, 2014.

Bibliografia.

ISBN 978-85-224-8889-6

ISBN 978-85-224-8890-2 (PDF)

1. Direito administrativo – Brasil 2. Direito tributário – Brasil
3. Finanças públicas – Brasil 4. Responsabilidade (Direito) –
Brasil I. Título.

14-01404

CDU-347.51:336.2(81)(094)

Índices para catálogo sistemático:

1. Brasil : Leis : Responsabilidade fiscal : Direito 347.51:336.2(81)(094)
2. Lei de responsabilidade fiscal : Brasil : Direito 347.51:336.2(81)(094)

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – É proibida a reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio. A violação dos direitos de autor (Lei nº 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.

Depósito legal na Biblioteca Nacional conforme Lei nº 10.994, de 14 de dezembro de 2004.

Impresso no Brasil/*Printed in Brazil*



Editora Atlas S.A.
Rua Conselheiro Nébias, 1384
Campos Elísios
01203 904 São Paulo SP
011 3357 9144
atlas.com.br

Sumário

Prefácio (João Baptista Andrade Gonçalves), xiii

Introdução, 1

LEI COMPLEMENTAR Nº 101, DE 4 DE MAIO DE 2000

CAPÍTULO I – DISPOSIÇÕES PRELIMINARES, 3

- 1.1 Objetivo da LRF, 4
- 1.2 Alcance das disposições da LRF, 6
- 1.3 Ente da Federação, 11
- 1.4 Empresa estatal dependente, 11
- 1.5 Alcance do conceito de empresa controlada, 12
- 1.6 Conceito e enquadramento da empresa estatal dependente, 13
- 1.7 Orientações de natureza contábil e orçamentária, 16
- 1.8 Conclusões, 17
- 1.9 Receita corrente líquida, 17

CAPÍTULO II – DO PLANEJAMENTO, 20

Seção I – Do Plano Plurianual, 20

Seção II – Da Lei de Diretrizes Orçamentárias, 25**2.1 Equilíbrio, 28****2.2 Limitação de empenho, 28****2.3 Controle de custos, 29****2.4 Anexo de metas fiscais, 32****2.5 Resultado primário e resultado nominal, 32****2.6 Anexo de riscos fiscais, 33****Seção III – Da Lei Orçamentária Anual, 34****2.7 Identificação da despesa pública na Lei Orçamentária, 36****2.8 Classificação da despesa pública, 41****2.9 Classificação da receita pública, 45****Seção IV – Da Execução Orçamentária e do Cumprimento das Metas, 50****2.10 Demonstração e avaliação das metas fiscais, 57****2.11 Precatórios judiciais, 57****CAPÍTULO III – DA RECEITA PÚBLICA, 60****Seção I – Da Previsão e da Arrecadação, 60****Seção II – Da Renúncia de Receita, 63****CAPÍTULO IV – DA DESPESA PÚBLICA, 67****Seção I – Da Geração da Despesa, 67****Subseção I – Da Despesa Obrigatória de Caráter Continuado, 71****Seção II – Das Despesas com Pessoal, 74****Subseção I – Definições e Limites, 74****Subseção II – Do Controle da Despesa Total com Pessoal, 83****4.1 Outro limite de despesas com pessoal do Poder Legislativo, 87****Seção III – Das Despesas com a Seguridade Social, 95****CAPÍTULO V – DAS TRANSFERÊNCIAS VOLUNTÁRIAS, 101****CAPÍTULO VI – DA DESTINAÇÃO DE RECURSOS PÚBLICOS PARA O SETOR PRIVADO, 104****CAPÍTULO VII – DA DÍVIDA E DO ENDIVIDAMENTO, 108****Seção I – Definições Básicas, 108****Seção II – Dos Limites da Dívida Pública e das Operações de Crédito, 111****Seção III – Da Recondição da Dívida aos Limites, 113****Seção IV – Das Operações de Crédito, 114****Subseção I – Da Contratação, 114****Subseção II – Das Vedações, 117**

Subseção III – Das Operações de Crédito por Antecipação de Receita Orçamentária, 121
Subseção IV – Das Operações com o Banco Central do Brasil, 122
Seção V – Da Garantia e da Contragarantia, 123
Seção VI – Dos Restos a Pagar, 125

CAPÍTULO VIII – DA GESTÃO PATRIMONIAL, 132

Seção I – Das Disponibilidades de Caixa, 132
Seção II – Da Preservação do Patrimônio Público, 136
Seção III – Das Empresas Controladas pelo Setor Público, 140

CAPÍTULO IX – DA TRANSPARÊNCIA, CONTROLE E FISCALIZAÇÃO, 142

Seção I – Da Transparência da Gestão Fiscal, 142
Seção II – Da Escrituração e Consolidação das Contas, 147
Seção III – Do Relatório Resumido da Execução Orçamentária, 149
Seção IV – Do Relatório de Gestão Fiscal, 151
Seção V – Das Prestações de Contas, 154
Seção VI – Da Fiscalização da Gestão Fiscal, 157

CAPÍTULO X – DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS, 160

Lei Federal nº 10.028, de 19 de Outubro de 2000, 175
Lei Complementar nº 131, de 27 de Maio de 2009, 180
Temas para Pesquisa e Apresentação de Trabalho, 182
Estudo de Caso – Primeiro Ano de Gestão, 183
Tema para Redação, 184
Exercícios de Fixação e Questões para Discussão, 185
Questões para Discussão, 192
Referências, 195